

A CASA COMO ESPAÇO POLÍTICO: EXPANDIDO AS ABORDAGENS SOBRE AS ELITES ROMANO-CÉLTICAS DA BRITANNIA (SÉC. II-IV D.C)¹

Brunno Oliveira Araujo
Doutorando em História no PPGH-UFF
NEREIDA – UFF
brunno.o.araujo@gmail.com

Recebido em: 21/12/2018
Aprovado em: 26/02/2019

Resumo :

Este artigo se propõem a discutir alguns dos principais trabalhos sobre as elites romano-bretãs que efetivamente administravam a província da *Britannia* entre os séc. III e IV d.C, em especial as discussões sobre etnicidade, situação político-militar e monumentalização. Procuramos levantar questões sobre a relação entre estas elites e as revoltas e usurpações das quais a província tomou parte. Para tal, utilizaremos como fontes para acessar o pensamento destas elites seus vestígios de cultura material: as escavações das *villae*, com foco especial nos espaços públicos para reuniões, banquetes e atividades rituais: as *triclinae* e complexos de banhos, ricamente decorados com mosaicos.

Palavras-chave: *Britannia* – Elites - Mosaicos

Abstract :

This article proposes to discuss some of the main works about the romano-celtic elites that effectively managed the province of Britannia between the III and IV centuries a.D., focusing on discussions on ethnicity, political-military landscape and monumentalization. We seek to raise questions about the relationship between these elites and the revolts and usurpations of which the province took part. To do this, we will use as sources to access those elites their vestiges of material culture: the excavations of the *villae*, with special focus on public spaces for meetings, banquets and ritual activities: *triclinae* and bath complexes, richly decorated with mosaics.

Keywords : *Britannia* – Elites - Mosaics

Desde os últimos anos do governo de Sétimo Severo, as relações entre o governo imperial e a província da *Britannia* eram instáveis. No final do século II, Severo precisa lidar pessoalmente com um levante comandado por Clodius Albinus, governador da província (BIRLEY 1996). Poucos anos depois, em 207 d.C., o governador Lucius Alfenus Senecio reporta problemas nas fronteiras, o que leva o imperador Severo a atender pessoalmente o chamado, provavelmente como uma forma de prestigiar sua imagem junto às elites locais e avaliar o cenário político no pós-revolta. Como resultado, o imperador separa a província em duas: *Britannia Superior* e *Inferior*, a fim de dividir o comando das três legiões estacionadas nas Ilhas Britânicas, garantindo que nenhuma das partes possuísse poder o suficiente para ambições maiores (SALWAY 1998; CASEY 1994; BIRLEY 1999).

Com as ameaças Sassânidas ao leste, ataques germânicos na região do Reno-Danúbio e a volatilidade tanto do posto de Imperador quanto da fidelidade do exército, a Crise do Terceiro Século mudaria profundamente a dinâmica política do Império Romano. O perfil de origem dos imperadores e altos funcionários muda, bem como o conceito de “herdeiro” ao posto de Imperador. A hiperinflação das moedas romanas acaba também por acentuar as desigualdades sociais e coloca a desvalorização do soldo no centro das questões da lealdade militar (CASEY 1994, 8-12).

Na *Britannia*, a Crise do Terceiro Século coincide com a experiência separatista do Império Gálico (260-274), que reuniu as províncias da Gália, *Britannia* e Hispânia e parte das terras germânicas. Por 15 anos, redefiniu a geopolítica do Mundo Antigo junto com a separação do Império de Palmira à leste (270-273) (DRINKWATER 1987; FRERE 1991). Poucos anos depois, por volta de 280 d.C., uma nova revolta comandada por um governador da província é sufocada com a ajuda de populações Burgúndias exiladas nas Ilhas Britânicas por Probo. Esta pequena revolta seria seguida pelo crescimento do poderio militar de Carausio e sua frota marítima na costa do Atlântico. Acusado de pirataria e sonegação de produtos de butim, O antes chefe naval romano na região decide ao invés de se entregar, assumir o governo da *Britannia* sob o nome de Império Britânico (286-296) (CASEY 1994.)

As revoltas não cessaram no século IV, apesar de um interlúdio de quase 60 anos que pode ser atribuído, em parte, à ligação entre Constantino e a província, dada a sua aclamação como imperador em York em 306. Mas já em 350 Magnêncio, comandante das tropas pessoais do imperador Constante I lidera uma revolta que leva ao assassinato do imperador por suas tropas nos Pirineus. Magnêncio rapidamente reúne tropas na Gália, Hispânia e *Britannia*, e dali parte para uma tentativa de conquistar a posição imperial *de facto* a leste, perecendo na batalha de Mons Seleucus em 353 (DRINKWATER 2000).

No processo de reestabelecimento do poder, o imperador Constâncio II enviou para a *Britannia* Paulo Catena, notário do imperador e responsável por um processo de “caça às bruxas” aos apoiadores de Magnêncio. A atuação de Catena da província foi tão enérgica e cruel que o vicário da ocasião, Flavius Martinus, intervém junto a Catena em favor dos presos, segundo ele, injustamente. Catena teria se voltado contra Flavius, acusando-o de traição. A reação deste é a de um atentado à vida de Paulo Catena que, mal sucedida, leva o vicário ao suicídio. A província ainda seria uma das primeiras a

apoiar a rebelião de Magnus Maximus em 383 d.C., o que marca o último período onde se tem vestígios da presença do exército nas Ilhas Britânicas (LAYCOCK 2008).

Se do ponto de vista imperial, os séculos III e IV d.C. apresentam longos períodos de instabilidade e disputa pelo poder, o mesmo não se pode dizer sobre a economia provincial. Registra-se no período grande atividade produtiva agropecuária, bem como de extração mineral, produção ceramista e comércio de importação e exportação com o Continente. Além disso, o período é conhecido como o apogeu da monumentalização rural, com a construção e expansão de santuários rurais e *villae* ricamente decoradas, onde se destaca a proliferação de mosaicos ricamente trabalhados (COLLINGWOOD & MYERS 1937, p. 214).

Este artigo busca tecer algumas observações iniciais sobre a relação entre a situação político-econômica imperial e as elites romano-célticas que efetivamente exerciam o controle político da província da *Britannia* nos séculos III e IV d.C. Através de alguns estudos de caso, pretendemos levantar algumas questões sobre como esta elite provincial pensava a província e a sua própria situação frente ao palco político, bem como qual a relação entre estes discursos com a política externa adotada por esta elite frente às revoltas do período. Para tal, exploraremos o movimento de expansão rural, as características destas elites bem como o projeto de propaganda de algumas das revoltas.

AS ELITES

A ocupação das Ilhas Britânicas foi efetivada no período do Imperador Cláudio, no séc. I d.C., ao que se seguiu um conturbado período de contestação e revoltas das tribos locais encerrado com a revolta liderada por Boudica (SALWAY 1998). Muita da instabilidade vem, segundo o autor, da inexistência de uma “política externa” inicial de Roma para com a província. No geral, existiriam iniciativas individuais de cônsules e imperadores, que teriam pouca continuidade pela própria natureza das preocupações e responsabilidades na cidade de Roma, em especial em períodos complicados como a crise da dinastia Juliana e o Ano dos Quatro Imperadores (SALWAY 1998, p. 65-68).

A estabilidade política na Bretanha Romana para ele só teria sido possível após uma destas iniciativas personalistas, com a indicação de Gnaeus Julius Agricola como governador da província, no governo de Vespasiano. O estilo político de Agricola, que chegou ao a província em 77 d.C., tinha um caráter claramente militarista efetivando a presença e ação das legiões no território como força política de repressão, como ficou claro em sua ação imediata de ataque aos Ordovices, à fim de exterminar a presença da tribo na região norte do País de Gales.

Ao mesmo tempo, o governador teria promovido um projeto de cooptação das elites locais através da aproximação destas à cultura romana. Tácito, historiador, senador romano e cunhado de Agricola, descreve na biografia que escreveu sobre o governador que os filhos dos principais chefes tribais da província eram enviados para estudar em Roma, para assim aprenderem não apenas o latim, mas os costumes e modo de pensar romano (*Agr. XXI*). É também deste período o início de uma política de monumentalização, incentivando as elites a investirem recursos na construção casas urbanas e rurais (*villae*) ao estilo romano, prática que seria expandida durante todo o séc. II d.C., com a construção de fóruns e basílicas em todo o território, transformando em grande parte os antigos assentamentos nativos em cidades romanizadas, onde a

presença destes espaços públicos do mundo romano tinham tanto função de marcar os espaços políticos imperiais, o culto ao imperador e a presença da cultura romana.

Na ausência de relatos escritos, os primeiros estudos antiquaristas no séc. XVIII debruçaram-se sobre os vestígios da vida cotidiana dessas elites, bem como na análise das construções financiadas e legitimadas por esta elite, do que se derivaram as primeiras discussões sobre o conceito de Romanização (Haverfield 1915) enquanto um projeto de cooptação cultural de Roma sobre as províncias. Construídas em sua maioria a poucos quilômetros dos principais centros urbanos como Corinium e Glevum, estas propriedades rurais apresentam um grau robusto de investimento em sua monumentalização planejada, não apenas no sentido do conforto doméstico, mas em grande parte para atender as exigências estéticas e de estilo de vida da elite provincial. De forma geral, seu projeto era pensado de forma a existirem zonas distintas de circulação pública e privada na casa, mediadas por um pátio interno. O acesso ao pátio se dava através de um pórtico, cuja passagem tinha não apenas o caráter prático de marcar a transição ao ambiente doméstico, mas também simbólico, delimitando os *limites* físicos e religiosos do *domus*.

Aqueles que por ali entravam se deparavam em geral com um corredor adjacente ao pátio, que levava aos cômodos domésticos hierarquicamente projetados dos mais públicos, como cozinha, depósitos e salas de recepção até as câmaras privativas dos donos da casa, mais afastados e melhor decorados. No caso das salas de recepção e banquete, encontraremos casos de *villae* que dispõem de mais de uma delas, um indício de uma hierarquização também deste espaço, onde os visitantes eram recebidos de acordo com seu prestígio e conforme as particularidades do evento (PERRING 2002). Entretanto, estes espaços dentro da casa poderiam ter uma configuração flexível, já que sua separação dependia não só de paredes, mas também do conjunto mobiliário, cortinas e outros marcadores espaciais que poderiam reverter cômodos menores em grandes salões, ou vice-versa.

De um ponto de vista econômico, o movimento de reforma e construção de *villae* no terceiro e quarto séculos é considerado, antes de tudo, fruto de um processo de acumulação de terras. De forma geral, o Baixo Império Romano é um momento de instabilidade do ponto de vista do governo central, com ataques externos, crises internas, aumento do poder do exército e redução do valor real das moedas (BROWN 1972, p. 22). Com a inflação, a cobrança de impostos e taxas em espécie (*annonae*) tornaram-se comum, e as taxas aplicadas pesavam de forma mais significativa nos pequenos proprietários, que entregaram suas terras à classe mais abastada, subsistindo como parte do sistema de *colonato*, beneficiando o latifúndio (MILLET 1990, SCOTT 2002). Durante os anos posteriores houve crescimento significativo na exploração das terras, em especial na produção de trigo e criação de caprinos. Somada a exploração de recursos naturais, em especial da extração de minerais e madeira na área do Vale do Rio Severn (SALWAY 1998, p.637), a província, em especial as regiões ao sudoeste como as Cotswolds tornaram-se regiões extremamente ricas. A distância das Ilhas Britânicas dos problemas no Continente estendeu também contribuem para este quadro, estendendo seu período de prosperidade.

As zonas “rurais” recebem, assim, o maior investimento em monumentalização de prestígio. Estas elites passam a investir de forma consistente na expansão e construção de *villae* nos arredores das cidades, muito provavelmente anexando propriedades menores no objetivo de consolidar grandes propriedades construídas não apenas com o

objetivo de investir na produção agropecuária, mas como símbolo de seu *status* de cidadãos de prestígio nesta sociedade, detentoras de um estilo de vida e posses condizentes a, por exemplo, um membro das ordens equestres.

Um dos primeiros problemas que se apresentam no estudo das *villae* e, principalmente, de sua proliferação durante o Baixo Império é sua discrepância junto ao modelo de “Declínio e Queda” proposto para os séculos finais do Império Romano pelos primeiros estudos de Romanização². Esta visão se inverteu: entendemos hoje que ao longo do terceiro e quarto séculos, a região sudeste da Bretanha prosperou economicamente de forma a enriquecer as elites locais, não só pela atividade mineradora e comercial, mas pela vasta produção agrícola da província como um todo. Neste período, não apenas novas *villae* serão construídas, como as já existentes receberão expansões e reformas. Adições comuns ao período são a construção e expansão de *termae* anexas à *domus*, com complexos sistemas de aquecimento de água através dos *hipocaustos* no subsolo das casas. Os principais artesãos especializados neste trabalho provinham, na maior parte dos casos, dos quadros pro próprio exército. Com o tempo, outros profissionais de todas as partes do Império passaram a fornecer seus serviços, bem como surgiram grupos nativos especializados nos trabalhos em pedra e mosaicos.

É particular deste período a proliferação nestas propriedades a produção de mosaicos e afrescos. Localizados em diversos pontos da casa, desde corredores, cômodos privativos e salas para a recepção pública (como os *triclinia*, salas cuja função principal são banquetes e festividades), o movimento mosaicista dos séculos III e IV na província da Bretanha expressa não apenas a riqueza desta elite, como também carrega em si elementos da identidade desta sociedade. Suas escolhas de temas, ao mesmo tempo que refletem as filiações estéticas e mentais daqueles que os planejaram e encomendaram, estão inseridos em um contexto maior de signos e ideologias compartilhadas por aqueles que serão sua *audiência*, sejam outros membros familiares, serviçais da casa e, principalmente, visitantes que compartilham em diversos níveis o universo mental dos donos da casa.

Ainda que novas escavações e publicações sobre estes sítios expandissem-se durante o século XX, por boa parte deste século os estudos dos mosaicos romano-célticos se manteve como um assunto marginal. Segundo Scott (2000, p.10), isso se dá pelas diversas concepções e juízos de valor relacionados a “arte provincial” como tema menor de estudo. Em um primeiro momento, inaugurado pelos trabalhos de Momsen e Haverfield (1915), a arte provincial era vista como uma forma “menor” e rústica de imitação dos padrões e temas emanados do centro de poder Imperial, Roma. Esta concepção está diretamente atrelada a uma concepção de Romanização aculturante baseada na ideia de centro-periferia, onde a arte provincial era sempre analisada técnica e esteticamente em comparação aos padrões da Península Itálica, uma linha de pensamento que carrega forte influência do universo imperialista britânico (HINGLEY 2005).

À partir dos anos 60, a arte provincial romano-britânica começa a receber maior destaque nas pesquisas acadêmicas, com maior divulgação e análise de coleções de museus e catálogos, iniciativa esta inaugurada pelo trabalho de Jocelyn Toynbee (1962, 1964), ainda em uma perspectiva da História da Arte voltada para a classificação e contexto da produção e patronagem dos mosaicos. A relação entre arquitetura, arte provincial e sociedade tornaria-se central nas pesquisas à partir dos anos 80, com os

trabalhos de Zanker (1988), Clarke (1991), Allison (1997) e Laurence e Wallace Haddril (1997), manuais especializados como os de Neal (1981) e Davey & Ling (1981) e, especialmente, as obras “Romanization of Britain” de Martin Millet (1990) e “Art of Roman Britain” de Martin Henig (1995), obras fundamentais que inauguram o atual estado da arte nesta área de pesquisa, onde a produção artística provincial é trabalhada dentro de discussões sobre colonização, romanização, religiosidade e a relação entre a cultura nativa e a cultura imperial fora de uma relação centro-periférica. A arquitetura e a arte passam assim, a serem consideradas como parte de um sistema imperial integrado, onde a circulação de ideias e pessoas, os discursos de poder e a originalidade dos atores sociais se tornam elementos fundamentais para explicar a produção da cultura material.

O projeto arquitetônico das *villae* do período, em especial no sudeste, inclui a construção e expansão de quartos para hóspedes, *thermae* e salões de banquetes (*triclinium*), como os salões absidais em Bignor e Littlecote (SCOTT 2000, p. 105). Mosaicos geométricos ou com temas mitológicos, bem como pinturas nas paredes, decoram os diversos espaços da casa e formam verdadeiras narrativas cujo ápice poderá ser apreciado em um banquete, onde a disposição dos assentos (*estibadium*) permite uma visão detalhada do mosaico (*idem*, p. 216). Compondo estes ambientes, esculturas, prataria e objetos de vidro provavelmente contribuíam para a apreciação não apenas dos proprietários e seus convidados, mas de toda gama de servos e escravos que em algum momento tinham de entrar na casa (HENIG 1995, p. 143). A própria visão destas propriedades, construídas em locais de destaque, impunham-se como marcos de poder e prosperidade na paisagem rural.

A preocupação com um movimento de "fuga para o campo" é respaldada pelas preocupações imperiais com a retração dos *decuriones* para suas propriedades rurais como sugere o *Codex Theodosianus* (12.18.1-2). Pesquisas mais recentes, entretanto, mostram um cenário diferente. Não apenas o projeto das *villae*, com ênfase em corredores decorados, áreas públicas e grandes salões de banquete decorados com ricos mosaicos sugere uma ativa vida social, como também sua proximidade e fácil acesso às cidades através das estradas nos leva a crer que essas elites alternavam-se entre suas luxuosas propriedades no campo e os deveres cívicos nos municípios.

Para Collingwood (COLLINGWOOD & MYERS 1937, p. 210), este movimento para o campo estava relacionado a uma crise nas cidades, em especial por conta de pilhagens ocorridas no início do 3º século d.C. O risco ao patrimônio teria levado as elites romano-bretãs a investir em propriedades rurais, longe dos olhos das milícias urbanas. Este movimento para o campo deixaria as cidades em situação cada vez mais precária durante todo o séc. IV (*idem*, p. 216). Esta visão foi contestada por Rivet (1970 p. 206-208), baseada especialmente em face de novos dados sobre o fluxo comercial entre as Ilhas e o Continente, bem como a escala das invasões estrangeiras e pilhagens.

Identificando a proximidade das propriedades rurais de centros urbanos, ele observa a fraca argumentação de uma "fuga para o campo" seja por medo de saques, seja pelo peso dos impostos um território próspero o suficiente para que a aristocracia possuísse diversas propriedades na cidade e no campo, ao que podemos somar a certa segurança oferecida pela posição geográfica das Ilhas Britânicas, uma situação bem

diferente da Gália no mesmo período. Para ele, a multiplicação das *villae* se deu como uma etapa natural do desenvolvimento econômico, e a predileção de suas construções perto de centros urbanos demonstraria a preocupação com o escoamento de mercadorias. Em outra passagem, aponta a possibilidade de que em algumas regiões, os donos destas propriedades fossem *curiales* gauleses buscando melhores empreendimentos.

Há nesta lógica, entretanto, sérias incongruências quando confrontada com a cultura material. Londres é um exemplo. Um dos maiores mercados para o escoamento de mercadorias da época, possui um número ínfimo *villae* ao seu redor. Millet (1990, p. 192), revisando os dados de escavação e projeções populacionais até então, nota que as propriedades concentram-se em especial ao redor de sítios importantes desde a Idade do Ferro que progressivamente tornaram-se civitas, como Corinium. Esta linha de pensamento relacional entre a Idade do Ferro e o Baixo Império estende-se, de forma geral, em todos os trabalhos aqui apresentados, também para o local de construção das *villae*. Outro argumento mais recente é o estudo dos estilos das escolas mosaicistas romano-bretãs. Segundo Perring (2002), seus repertórios coincidem, na maior parte, com as regiões de circulação das moedas nativas pré-romanas (PERRING 2002, p. 216-217). O consenso acadêmico que se apresenta após os anos 60 de uma continuidade de fronteiras rurais entre a Idade do Ferro e o período romano passou a ser considerado prova de que a composição da curia seria de origem majoritariamente nativa (MILLET 1990, SCOTT 2000).

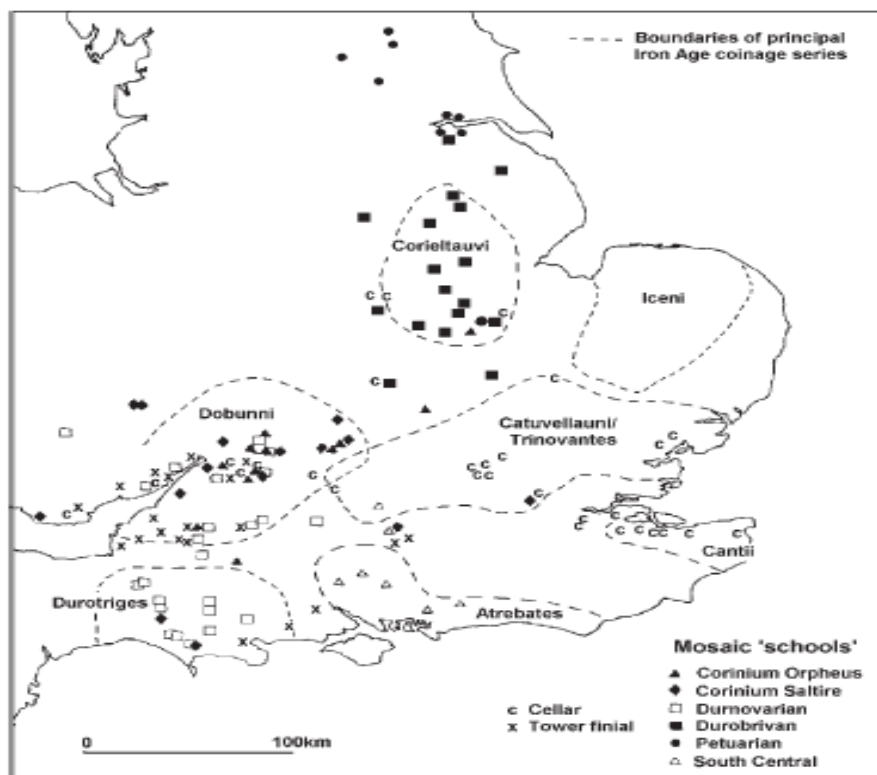


Figura 1 – Mapa composto do cruzamento de dados da distribuição das escolas mosaicistas da província da Bretanha com as séries numismáticas da Idade do Ferro (PERRING 2002, p. 271)

A monumentalização das *villae* ajuda a explicar o motivo de sua própria existência: o investimento de recursos e detalhamento serve ao jogo político da

provincia, não apenas entre os pares, mas junto à população em geral, entre soldados, civis e escravos. Estes são espaços para a demonstração de prosperidade e poder (PERRING 2005, p. 43-45), e muito provavelmente sua grandeza e detalhes na escolha dos temas de decoração fazem parte de um universo de competição e demonstração de erudição e pertencimento identitário (SCOTT 2002, p. 126-127). Ainda que a administração provincial passasse por espaços urbanos, seu planejamento, negociações entre as partes e mesmo o expediente diário seriam todos transcorridos nas *villae*. Ainda que não existam relatos pessoais por parte desta elite, o estudo das intencionalidades por trás da patronagem de suas propriedades rurais e decoração podem ser utilizados como leituras biográficas. Ao mesmo tempo, a casa é um espaço sujeito ao mundo público: sua arquitetura e decoração não obedecem apenas aos gostos pessoais de seus habitantes, mas ao universo conceitual e identitário ao qual estão inseridos. Sua existência interfere e molda a paisagem, é objeto de discussões, classificações, disputas, se relaciona com o Estado e com a sociedade (MILLER 2013).

MONUMENTALIZAÇÃO & IDENTIDADE

Em primeiro lugar, gostaria de fazer algumas observações sobre o argumento por uma elite “nativa” ou estrangeira. Nos parece que os modelos de análise apresentados tem como base a extrapolação da classificação de achados arqueológicos à um modelo identitário, colocando estas elites como “herdeiras” dos Celtas da Idade do Ferro. As publicações em 2018 do artigo de Tacla e Johnston (2018) na revista Tempo acerca das reflexões teórico-metodológicas sobre o conceito de “Celtas”; seguida do dossiê 2018.1 publicado na Revista Brathair (TACLA & FARELL 2018), dedicado aos Estudos Célticos no Brasil consolidam o ano de 2018 como um marco de amadurecimento das discussões sobre identidade e etnicidade nos estudos célticos brasileiros. O primeiro artigo resume de forma excelente a necessidade de pensar as atribuições étnicas e identitárias que utilizamos para (mas não só) a Idade do Ferro, Antiguidade e Medievo como ferramentas teóricas, abstrações que procuram dar sentido à realidade empírica.

A principal crítica neste sentido seria a extrapolação teórica a-histórica que deixa de lado as agências locais e, ao mesmo tempo, defendem o valor teórico dos “Celtas” enquanto ferramenta de análise. As publicações acima nos chamam a uma reflexão sobre como “Celticidade” é tratada por diversos autores como *atributos* quasi-fenomenológicos, identidades *resistentes* na Longa-Duração. Supostamente nascidas na Idade do Ferro, estas identidades resistentes se ramificariam nos períodos posteriores (Antiguidade, Medievo, Modernidade, Contemporaneidade), com a possibilidade de serem rastreados a suas “identidades-mães”, uma “janela para a Idade do Ferro” como propunham Keneth Jackson (1964).

Entendemos as elites romano-célticas tinham uma origem diversificada, não restrita a ascendência pré-colonial. Este posicionamento de abertura é importante pois determina a perspectiva desta pesquisa frente a toda uma tradição acadêmica que defende que o funcionamento interno das elites da *Britannia* seria ditado por uma identidade pré-colonial “céltica” (COLLINGWOOD & MYERS 1937; RIVET 1969; MILLET 1990), como também, de forma mais ampla, nos debates sobre uma “identidade celta persistente na Longa Duração”, que ditaram os debates acadêmicos por boa parte do século XX (COLLIS 2003; WOOLF 2000; REVELL 2010). Ainda que

os dados e análises apresentados acima denotem uma ligação entre as elites “tribais” pré-romanas e as elites do III-IV séc. d.C., esta abordagem corre o risco de simplificar as experiências e vivências da província, uma distorção da dinâmica de seus objetos por negligenciar as especificidades locais e temporais, bem como variáveis extremamente mutáveis que passam por processos de homogeneização. Hoje nosso entendimento destes contextos de dominação de longa duração indicam que a tendência é que o tempo leve a soluções plásticas e retóricas inovadoras, fruto da negociação entre a dinâmica local e do colonizador, formando uma nova sociedade híbrida (JIMÉNEZ, 2011).

Publicações recentes de referência, como o Oxford Handbook of Archaeology, organizado em 2014 por Martin Millet, Louise Revell e Alison Moore (MILLET, REVELL & MOORE 2014) consolidam esta tendência de pesquisa, dedicando capítulos aos mais diversos agentes sociais deste Império Romano “global”, onde a circulação de bens, ideias e pessoas tem consequências permanentes na composição demográfica e cultural das províncias. Dois deles (HAYNES 2005; ALLASON-JONES 2014) dedicam-se a analisar as legiões enviadas no período da conquista que acabam por se estabelecer na região, se envolver nas atividades comerciais e na sociedade. Muitos vão criar famílias e, quando veteranos, se casar com mulheres nativas, recebendo terras e passando a fazer parte da dinâmica local como civis. As frequentes reposições de quadros do exército e das forças auxiliares ao longo dos séculos também contribuem para a diversidade de origens destes soldados. A *Legio II Augusta*, bem como a *XX Valeria Victrix*, foram as que ficaram mais tempo estacionadas no sudoeste das Ilhas Britânicas (em especial no primeiro século d.C), estando relacionadas com a construção de fortes e colônias, como a de Glevum. Nos séculos posteriores, a maior parte das guarnições fornecidas pelo Império seria de *auxiliares*, que ao longo do tempo possuíam quadros que variavam de origem: gauleses, trácios, batavos e mesmo nativos.

Mas não apenas os soldados se moviam no império. Comerciantes e artesãos migravam para essas localidades em busca de ambientes prósperos para investimento e trabalhos; agentes administrativos eram enviados com alguma frequência para assumir cargos nas províncias, levando consigo família e escravos. Em uma sociedade escravista como a do Império Romano, a circulação destas pessoas para suprir mão-de-obra para o campo e obras de monumentalização. Hoje, temos novos trabalhos completamente dedicados a esta diáspora de escravos dentro da estrutura imperial (WEBSTER 2005). Os olhos da academia hoje se voltam cada vez mais para a identificação dos patronos das obras e de sua intencionalidade, bem como sobre a experimentação da arte provincial, em seus diversos níveis, pelo público. Um marco neste sentido foi o congresso “Patrons and Viewers in Late Antiquity”, realizado em 2008 na Dinamarca, que resultou em uma obra de mesmo nome lançada em 2012 (BIRK & POULSEN 2012).

O estudo dos mosaicos tem caminhado neste sentido, apresentando uma elite não apenas múltipla, como também revela que sua identidade passa pela questão estética romana. Estes patronos, nativos ou não, estão imersos em um mundo romano que ativamente busca ser conectado e interdependente, com intensa circulação de pessoas, produtos e ideias, bem como reúne em si aspectos cosmopolitas. Trabalhos mais recentes como o de Martin Pitts e John Vesluys (2015) sugerem que estas características não são tão diferentes das discussões sobre globalização aplicadas ao mundo contemporâneo desde os anos 90. A *orbis* compunha ao mesmo tempo um sistema econômico e cultural emaranhado, abrangendo todo o “mundo” até então conhecido, e

se relacionava ativamente com outros sistemas, como no caso da presença romana a China. Ao mesmo tempo, os autores reconhecem que a cosmopolitização cultural não significa homogeneização (PITTS & VESLUYS 2015, p. 14). Os elementos que compõem a noção de “ser romano” são absorvidas, ressignificadas e expandidas à nível local, criando expressões completamente novas, montando um sistema *glocal* de signos e práticas sociais.

A melhor forma que entendemos para dar conta da relação global-local da identidade das elites romano-célticas seria a ideia de *romanitas*, considerando-a como a qualidade de pertencimento ao mundo romano. Revell (2010) discorda do termo, argumentando que o termo latino carregaria uma “aura de autenticidade” que não corresponde ao uso do termo no período, e induziria a uma falsa dicotomia entre experiências de etnicidade idealmente nativas ou romanas (REVELL 2010, p. ix-xi). Concordamos com a autora quanto aos cuidados necessários contra uma simplificação das experiências das elites romano-célticas, entretanto, acreditamos que o termo ajuda a conceituar um *ativo movimento* de ligação entre estas elites e o ideal romano de poder e *status*, o que justifica nossa escolha de uso do conceito.

Em Keysham e Lullingstone encontramos dois mosaicos de Europa acompanhada de um touro branco e outro de Belerofonte (COSH & NEAL 2009, p. 239-241) que remeteriam a passagens de Ovídio e Virgílio, o que indicaria uma valorização por parte desta elite da literatura clássica (BARRET 1978, DARK & DARK 1997). Isto demonstraria não apenas a circulação das obras literárias na província, mas o desejo de seus patronos de demonstrar sua erudição e valores (SCOTT 2000, p. 124; HENIG 1995, p. 126).

No que diz respeito à religião, temos diversos exemplos de composições como o Chi Rho no centro de um dos mosaicos da *villa* de Hinton St. Mary. A questão de se as imagens da cultura clássica estariam ligadas ao Cristianismo ainda abarca as diversas representações de Orfeu nos mosaicos insulares, geralmente tocando sua música a fim de acalmar os animais selvagens que o cercam (SCOTT 2000). Rivet (1969 p. 86-90) sugere que não apenas Orfeu, mas a presença de cântaros e golfinhos representaria um sistema de convivência entra a lógica cristã e politeísta não apenas na arte, mas na sociedade, onde o cristianismo em ascensão se misturaria a estética clássica. Já autores como Perring (2002, p. 131-137) trabalham com a ideia de que nestes casos, vemos a representação de conceitos do Gnosticismo cristão, em especial os Ofitas, que utilizariam não apenas as figuras mitológicas mas os próprios desenhos labirínticos dos mosaicos para representar os preceitos da teologia gnóstica. Os temas animais e de caça, presentes em mosaicos de Orfeu, representariam a busca pela "Verdade". Outra linha interpretativa para os mosaicos de Orfeu é defendida por autores como Scott (2002, p. 124-125). Para a autora, o pensamento monoteísta, o aparecimento de religiões inclusivas e uma tendência ao entendimento mitológico como alegorias conceituais favoreceria não apenas os cultos cristãos, mas também o pensamento neoplatônico. Tais elementos comporiam os temas da arte provincial de forma variada, em especial na composição polissêmica e multinivelada possível na interpretação dos mosaicos. A leitura da mensagem dos mosaicos, assim, era variada, de acordo com o local social, educação e preceitos do observador; fosse um membro da elite que compartilhava a mesma educação do patrono da obra ou um servo recebido em audiência na *villa*.

Os temas acima são apenas dois entre diversos outros, como representações de divindades do Mundo Clássico, das estações do ano, imagens de caça, cenas compostas,

entre outras. Se entrarmos nos temas menores, como elementos simbólicos e decoração, podemos perceber uma sofisticada tradição de composição de esquemas labirínticos, florais e de temas ligados à abundância, prosperidade e, especificamente para a região, o mar (RAINEY 1973, ARAUJO 2011). A diversidade de motivos, “mensagens” e usos dos mosaicos reflete esta diversificada composição das elites, que define sua *romanitas* de formas variadas, seja através da erudição, seja através do culto religioso. Todas estas identidades tem espaço no *teatro político* da *Britannia*, e se torna central na intervisitação dos membros destas elites para tratar dos assuntos da província.

Em nenhum momento, entretanto, a monumentalização rural parece tentar se afastar de uma “Roma ideal”. Mesmo levando em consideração que a sociedade romano-céltica não é o resultado de uma aculturação ou resistência, mas da construção híbrida, com espaços de memória e inovação, a *intencionalidade* por trás do investimento nas *villae* não é um espaço de memória “celta”, mas sim imperial. Se há algo de dá coerência a esta elite é seu desejo de demonstrar seu pertencimento ao mundo romano (REVELL 2010).

É justamente esta auto-identificação enquanto polo de poder dentro do Império que ditará a agenda política nos séculos III e IV d.C. Não em posição subalterna, mas como território próspero que tem poder para tomar decisões drásticas em favor de seus interesses. Mesmo que isto signifique se separar de um instável sistema imperial, ou apoiar pretendentes ao poder que lhes favorecessem.

Não é de se espantar que neste contexto exista uma grande preocupação com a defesa das fronteiras. A campanha de Sétimo Severo na *Britannia* para combater as invasões e saques vindos de além da Muralha de Adriano pode ser interpretada como uma tentativa de demonstrar a força imperial as elites pós-revolta, como também uma prova de que o Império ouvia as queixas das províncias, mesmo as mais distantes. Movimento semelhante acontece na campanha de Constâncio Cloro em 306 d.C., poucos anos após o fim da usurpação de Carausio. Este tema também seria caro aos “usurpadores”, como no caso do Império Gálico estabelecido por Póstumo em 260 d.C. Com o poderio Sassânida exigindo o deslocamento de grandes regimentos para o leste e o crescente perigo dos ataques externos na região entre os rios Reno e Danúbio, Póstumo recua suas tropas à fim de assegurar a paz e a ordem nas províncias da face atlântica (FRERE 1991; CASEY 1994).

Outros fatores contribuem também para o apoio por parte de suas elites à revolta. As promessas de uma nova política econômica com a emissão de novas moedas para o controle inflacionário, vantagens estratégicas para o comércio com o Continente, como por exemplo a aumento significativo na exportação de cerâmica para a Gália no período (BIRLEY 1934), ou o fornecimento de grãos para as tropas. O Império Gálico só se manteve forte com o apoio militar e de provisões das Ilhas Britânicas, que em retorno prosperaram com uma carga menor de impostos, algum controle inflacionário e lucros que financiaram toda a monumentalização rural que discutimos acima, com a construção das *villae* e a patronagem de toda uma indústria de mosaicistas.

Esta independência, entretanto, não significava necessariamente uma rejeição ao Império enquanto instituição. Póstumo nunca desafiou o governo do imperador Galieno, e Casey (1994) inclusive argumenta que a experiência separatista do Império Gálico foi a principal inspiração para as Reformas de Diocleciano. Toda a estrutura governamental do Império Gálico reproduzia, em grande medida, o modelo clássico romano: Póstumo

assumiu as posições de imperador, *pontifex maximus*, cônsul e criou um Senado na Gália, bem como uma Guarda Pretoriana.

As moedas de Póstumo e seus sucessores, de maior valor frente ao denário oficial, continuaram circulando na província décadas depois, mantendo viva a memória de um período de maior independência política e econômica garantida pelo “Protetor das Províncias”³ como Póstumo se auto intitulava na propaganda de arte de sua série de moedas. Esta lógica será seguida por Carausio quando em 287 convence as elites romano-célticas a apoiar a separação da província sob o nome de Império Britânico. O estudo de Casey (1994) sobre as moedas cunhadas durante os governos de Carausio e seu sucessor Alecto revela um discurso voltado para as elites provinciais e para o exército, centrado nas ideias de renovação do poder de Roma⁴, paz⁵, liderança unificadora dos exércitos⁶, voltado para o bem comum⁷ e garantidor da prosperidade da província⁸ (CASEY 1994, p. 47-49). Assim como Póstumo, Carausio procura não demonstrar nenhum desejo em estender seu poder para o leste; ao contrário, reconhece em sua cunhagem tanto Diocleciano quanto Maximiano como imperadores legítimos, assim como propagando na numismática a ideia de uma ROMAE AETERNAE (CASEY 1994 p. 53-56).

Conclusão

As novas discussões sobre agência local, etnicidade e globalização nas províncias romanas evoluíram nas últimas décadas de forma considerável. Abandonando perspectivas como a da Romanização, calcada em uma noção aculturizante do Imperialismo romano, ao mesmo tempo que nos afastamos de modelos que buscam uma *etnicidade resistiva*, acreditamos que entenderemos de forma mais eficiente não apenas a dinâmica político-cultural interna da elite provincial, como também sua relação com o sistema-mundo globalizado imperial. Um dos próximos passos nesta direção seria o aprofundamento dos estudos sobre os cultos de mistério que foram identificados como parte da intencionalidade e uso das *villae* e mosaicos. Mais do que reuniões religiosas, estes eventos são perfeitos espaços para o encontro, disputa de poder e negociação das elites, e provavelmente ocupavam papel central no jogo político da *Britannia*.

BIBLIOGRAFIA

- ALLASON-JONES, Lindsay. [s.d.]. “Roman Military Culture”. In *The Oxford Handbook of Roman Britain*, por Martin MILLET, Louise REVELL, e Alison MOORE. Oxford University Press.
- ARAUJO, B.O. *Discurso e Imagem na Religiosidade Celta: novas visões sobre o universo simbólico ao redor do culto de Nodens na Bretanha Romana – Séc. IV-V d.C.* Trabalho de Conclusão de Curso. Niterói: Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, 2011.
- BARRET, A. A. 1978. “Knowledge of the Literary Classics in Roman Britain”. *Britannia* 9: 307–13.

- BIRK, S., e B. POULSEN. 2012. *Patrons and Viewers in Late Antiquity*. Aarhus University Press.
- BIRLEY, A.R. 1934. An altar from Bankshead, and the Imperium Galliarum. *Cumbermoreland and Westmorland Transactions* n.s. 36, 1-7
- BIRLEY, A.R. 1996. "Clodius Septimius Albinus, Decimus", in Hornblower, Simon, *Oxford Classical Dictionary*, Oxford: [Oxford University Press](#)
- BIRLEY, A.R. 1999. *Septimius Severus: The African Emperor*. 2 edition. London ; New York: Routledge.
- BROWN, P. 1972. *O fim do mundo classico: de Marco Aurèlio a Maomé*. Verbo.
- CASEY, P. J. 1994. *Carausius and Allectus: The British Usurpers*. Taylor & Francis.
- CLARKE, J.R. 1991. *The Houses of Roman Italy, 100 B.C.-A.D. 250: Ritual, Space, and Decoration*. pt. 250. University of California Press.
- COLLINGWOOD, R. G., e J. N. L. MYERS. 1937. *Roman Britain and the English Settlements*. Biblo and Tannen.
- COLLIS, J. 2003. *The Celts: Origins, Myths & Inventions: Origins, Myths and Inventions*. First Edition edition. Stroud, Gloucestershire: The History Press.
- DARK, K. R., e P. DARK. 1997. *The Landscape of Roman Britain*. Sutton.
- DAVEY, N., e R. LING. 1982. *Wall-Painting in Roman Britain*. Britannia Monograph Series. Alan Sutton.
- DRINKWATER, J. F. 1987. *The Gallic Empire: Separatism and Continuity in the North-Western Provinces of the Roman Empire A.D. 260-274*. Stuttgart: Steiner.
- DRINKWATER, J. F. 2000. "The Revolt and Ethnic Origin of the Usurper Magnentius (350-353), and the Rebellion of Vetricano (350)." *Chiron*, n° 30.
- FRERE, S. 1991. *Britannia: A History of Roman Britain*. London: Pimlico.
- HAVERFIELD, F. 1915. *The Romanization of Roman Britain*.
- HAYNES, Ian. 2005. "Identity and the Military Community in Roman Britain". In *Identity and the Military Community in Roman Britain*, organizado por Martin MILLET, Louise REVELL, e Alison MOORE.
- HENIG, M. 1995. *The Art of Roman Britain*. Batsford.
- HINGLEY, R. 2010. *O Imperialismo romano: novas perspectivas a partir da Bretanha*. Annablume.
- JACKSON, K. H. 1964. *The Oldest Irish Tradition: A Window on the Iron Age*. Cambridge University Press.
- JIMÉNEZ, A. 2011. "Pure hybridism: Late Iron Age sculpture in southern Iberia". *World Archaeology* 43 (1): 102–23.
- LAURENCE, R., A. WALLACE-HADRILL, British Academy, Society for the Promotion of Roman Studies, e University of Reading Centre for Roman Studies. 1997. *Domestic space in the Roman world: Pompeii and beyond*. Journal of Roman archaeology: Supplementary series. JRA.

- LAYCOCK, S. 2008. *Britannia - The Failed State: Tribal Conflict and the End of Roman Britain*. Stroud: The History Press.
- LING, R. 1998. *Ancient mosaics*. British Museum Press.
- MILLER, D. 2013. *Trecos, Troços E Coisas*. Rio de Janeiro: Zahar.
- MILLET, M. 1990. *The Romanization of Britain: An Essay in Archaeological Interpretation*. Cambridge University Press.
- MILLET, Martin, REVELL, Louise & MOORE, Alisson. 2014. *The Oxford Handbook of Roman Britain*. Oxford University Press.
- MOMMSEN, T. 1908. *History of Rome V4*. New York: Scribner.
- NEAL, D.S., S.R. COSH, e Society of Antiquaries of London. 2009. *Roman Mosaics of Britain: South-East Britain*. Roman Mosaics of Britain. Illuminata Publishers for the Society of Antiquaries of London.
- PERRING, D. 2002. *The Roman house in Britain*. London ; New York: Routledge.
- RAINEY, A. 1973. *Mosaics in Roman Britain: A Gazetteer*. Newton Abbot: David & Charles.
- REVELL, Louise. 2010. *Roman Imperialism and Local Identities*. Cambridge; New York: Cambridge University Press.
- RIVET, A. L. F. 1969. *The Roman Villa in Britain*. Praeger.
- SALWAY, P. 1998. *Roman Britain*. Oxford History of England. Oxford: Oxford University Press.
- SCOTT, S. 2000. *Art and Society in Fourth-century Britain: Villa Mosaics in Context*. Oxford University School of Archaeology.
- TACLA, Adriene Baron, e ELAINE PEREIRA FARRELL. 2018. “Estudos Célticos no Brasil”. *Brathair* 18 (1): 1–10.
- TACLA, Adriene Baron, e Elva JOHNSTON. 2018. “Novas perspectivas em estudos célticos: para onde vamos a partir de agora?” *Tempo* 24: 613–20.
- TOYNBEE, J. M. C. 1964. *Art in Britain under the Romans*. Clarendon Press.
- WEBSTER, J. 2005. “Archaeologies of slavery and servitude: bringing ‘New World’ perspectives to Roman Britain”. *Journal of Roman Archaeology* 18: 161–79.
- WOOLF, G. 2000. *Becoming Roman: The Origins of Provincial Civilization in Gaul*. Cambridge: Cambridge University Press.
- ZANKER, P. 1988. *The Power of Images in the Age of Augustus*. Jerome lectures / Jerome lectures. Ann Arbor, University of Michigan Press.

¹ Este artigo traz parte da pesquisa do meu atual doutoramento no PPGH-UFF, com auxílio do CNPQ.

² MOMSEN (1908) e HAVERFIELD (1915) são os principais autores que inauguram esta visão. Fizemos uma discussão sobre os problemas deste tipo de abordagem tanto no relatório passado quanto em periódicos (ARAÚJO 2012)

³ *Salus Provinciarum*

⁴ RENOVATOR ROMANO(RUM)

⁵ PAX AVG(USTI)

⁶ CONCORDIA MILITIIUM

⁷ VOTO PVBLICO

⁸ FELICITAS e UBERTAS, acompanhado da simbologia de uma mulher segurando vinhas, uma alusão à Virgílio.